

ALMIR DE OLIVEIRA E SEU LIVRO SOBRE
GONZAGA

Quando a NBH procedia a uma revisão da preciosa e conceituada coleção "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional, assim teve oportunidade de registrar o volume 260 — **Gonzaga e a Inconfidência Mineira**, de Almir de Oliveira (nº 53, janeiro de 1974, p. 42):

"Ao escrever este livro, o autor afirmou que visou a um propósito reparador, qual o de colocar Gonzaga no lugar que lhe pertence no quadro da História do Brasil. Representa, assim, uma exaustiva pesquisa do documentário da Inconfidência (especialmente nos **Autos de devassa**) e na bibliografia sobre o movimento mineiro do século XVIII. A primeira parte cuida dos traços biográficos de Gonzaga e dos depoimentos sobre ele arrolados, de quantos depuseram na devassa, quer como testemunhas, quer como réus, de acordo com a ordem em que vêm publicados na edição do Ministério da Educação; na segunda parte, o autor faz a defesa de Gonzaga. O livro traz prefácio do escritor mineiro Lidolfo Gomes, no qual se salienta que o autor estuda, esclarece e argumenta para concluir pela inculpabilidade de Tomás Antônio Gonzaga, aproveitando o material de que se serviram os autores que o precederam, mas apresentando, também, outros fatos e argumentos de observação própria, que o levaram à convicção inabalável da inocência do magistrado e poeta injustamente condenado a degredo em terras africanas, de onde não mais voltou, falecendo no exílio, mas como vítima da própria desgraça".

O livro de Almir de Oliveira viera a público em 1948. Confessa o autor: "Edição limitada a mil exemplares, em papel de inferior qualidade, por causa das dificuldades da época: mal havíamos saído da II Guerra Mundial. Não tive notícia de reparos porventura feitos ao que nele se escreveu. Poucos registros na imprensa, simples registros, alguns com certa simpatia. Esgotou-se a edição, talvez mais pelo prestígio da **Brasiliana**, que mesmo do livro e de seu autor, que se iniciava como tal. A obra caiu no esquecimento. Vez por outra, chega-me carta perguntando por ele. Tentei reeditá-lo, faz alguns anos. Não o consegui. Deixei o livro no sossego da estante".

Pois bem, deste "sossego da estante", veio tirá-lo, em 1985, quase quarenta anos depois — a Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, que o incluiu em sua preciosa coleção "Reconquista do Brasil", volume 90 da nova série. Justificando esta reedição, escreveu o ilustre historiador de Juiz de Fora e membro da Academia Mineira de Letras:

"Nos últimos anos, o tema da Inconfidência voltou a ser objeto de interesse. Reeditaram-se os **Autos de devassa** por iniciativa conjunta da Câmara dos Deputados e do Governo de Minas Gerais. Um livro de

autor inglês apareceu traduzido com o título a sugerir uma **Devassa na devassa**, sem, porém, devassar coisa de maior monta sobre a Inconfidência e sobre seus partícipes, mesmo porque não terá sido essa a intenção de seu autor. Entraram em circulação alguns livros sérios — mais de uma dezena — tratando da conjuração de 1789, em geral, de Tiradentes, em particular e, também em particular, de Tomás Antônio Gonzaga; deste, mais como poeta e como jurista. Não faltou, também, um livreco sobre Tiradentes, pretendendo ser 'a alguma verdade' (sic), à maneira de Assis Cintra.

Tudo isso demonstra que o episódio mineiro de 1789 ainda desperta o interesse dos estudiosos, que o procuram investigar e interpretar para torná-lo mais bem compreendido. Mas, nenhuma das publicações, aqui lembradas, teve o condão de superar o admirável livro de Lúcio José dos Santos, editado em 1927. E nenhuma delas justifica mudar as conclusões deste livro. Por isto se reedita como da primeira vez, apenas ligeiramente revisto.

Os livros de História do Brasil continuam incluindo Tomás Antônio Gonzaga entre os conjurados de 1789. A figura do poeta é fascinante. Sua inclusão entre os que sonharam a independência do Brasil e por ela conspiraram, continua a obedecer ao mesmo espírito que moveu Luís Vaz de Toledo ao dizê-lo participante da conspiração: dar a este conteúdo de importância perante certas pessoas. Afinal o poeta e magistrado era figura de alta significação em Vila Rica. Para certa mentalidade elitista, é mais interessante ver nos conjurados pessoas de prol que gente de menor tomo social, como Tiradentes. Joaquim Norberto explorou esse veio durante o Império para uma aristocracia meio deslumbrada, que talvez preferisse o movimento patriótico liderado por um grande poeta, que por simples alferes de cavalaria de origem rural.

José Honório Rodrigues disse-me, certa vez, que não se devia usar a palavra **inconfidência** para designar o episódio, nem **inconfidente** para os que nele se envolveram. E justificou: **inconfidência** era delito, pelo qual foram processados e condenados os conspiradores mineiros, e **inconfidente** era o réu de tal delito; mantendo-lhes a denominação, como que nós continuamos a tratá-los à moda da coroa portuguesa daquele tempo, quando, para nós, aquela conjuração não foi crime, nem criminosos os que a promoveram. Por isso, prefere o eminente historiador as denominações **Conjuração Mineira e conjurados**.

Visto sob o aspecto estritamente jurídico o assunto, tem razão mestre José Honório. Acontece que a História se encarregou, entre nós, brasileiros, de retirar da palavra **inconfidência** o labéu que sobre ela pesava, visto que o próprio ato cometido pelos conjurados mineiros foi elevado à categoria de heroísmo cívico. Com isso, limpou-se também a palavra **inconfidente**. Ocorreu, no caso, um processo semântico especial, imposto pela História. Assim como os cristãos dignificaram a cruz, que degradava os nela

supliciados, os brasileiros dignificaram a palavra **Inconfidência**. Passamos a escrevê-la assim, com a inicial maiúscula, para distingui-la da outra, que se escreve com minúscula. Ela não nos lembra um crime de lesa-majestade, mas um ato de amor ao Brasil e à liberdade. Ela denomina lugares, logradouros públicos e até a principal emissora de rádio de Minas Gerais, pertencente ao Estado. Consagrou-a o uso popular e oficial”.

*

EDGARD CERQUEIRA FALCÃO

Jornal da Capital de meados do mês passado (fevereiro) registrou de maneira bastante imprecisa (tanto que nem o dia foi mencionado) o falecimento em Santos, onde residia, do médico e historiador Edgard Cerqueira Falcão, nascido na Bahia em 1904, mas radicado na terra santista desde que concluiu seu curso médico. A cultura brasileira ficou-lhe devendo algumas grandes realizações, cada qual “per se” suficiente para tornar seu nome de referência obrigatória nos catálogos bibliográficos.

Primeiramente, a série das **Relíquias** (da Bahia, da Terra do Ouro, etc.), livros que publicou na década de 50, traduzindo o cuidado e o bom gosto que sempre demonstrou em tudo quanto fazia. Muito contribuíram tais volumes, artisticamente apresentados, para divulgar, inclusive no exterior, o que há de mais expressivo na arte barroca das velhas cidades de Minas Gerais e da Bahia. Depois, a obra imensa que realizou, incumbido pela municipalidade santista, por ocasião do bicentenário do nascimento de José Bonifácio (1963), publicando em três alentados volumes praticamente toda a obra científica e política do Patriarca. E tudo em reprodução fac-similar, com anotações preciosas suas e de outros cuja colaboração solicitou. A seguir, a magnífica edição da **Viagem Filosófica**, de Alexandre Rodrigues Ferreira, da qual, infelizmente, só o primeiro volume pôde ser publicado, mas contribuindo para tirar do esquecimento alguma coisa da obra do grande explorador e cientista do século XVIII.

Finalmente, a preciosa coleção **Brasiliensia Documenta**, que criou e dirigiu e na qual foram publicados quase vinte volumes, todos primorosamente impressos, com o cuidado e o capricho que eram muito seus. Tal coleção (de que ainda cuidaremos oportunamente) insere textos valiosos antigos (autores do período holandês, as “Gazetas Médicas” da Bahia e do Rio de Janeiro e a obra de Gabriel Soares de Sousa), além de outros de sua própria autoria, sobre Oswaldo Cruz e sobre a Basílica de Congonhas do Campo.

*